

Direitos Humanos: Uma experiência para a cidadania democrática no 4.º ano de escolaridade

CATARINA SAVITA

catarinasavita@gmail.com

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Resumo

O presente artigo surge na sequência de um projeto desenvolvido no estágio, numa turma do 4.º ano de escolaridade, cujo objetivo assentou na abordagem dos Direitos Humanos para a promoção da cidadania democrática. Assim sendo, neste artigo abordar-se-á a importância da escola e do docente, como transformadores da comunidade e uma breve reflexão sobre o trabalho desenvolvido.

Palavras-chave:

Cidadania democrática, educação para os Direitos Humanos, cidadania

Abstract

This article stems from a project developed during an internship in a fourth year class, aimed at addressing Human Rights to promote democratic citizenship. Accordingly, this article will discuss the importance of schools and the teachers as agents of community transformation, along with a brief reflection on the work carried out.

Key concepts:

Democratic Citizenship, Education for Human Rights, Citizenship.

Introdução

Ao longo dos seus 40 anos de existência, a Escola Superior de Educação de Setúbal tem desempenhado um papel importante na formação de profissionais que refletem sobre a importância da formação social. A formação de docentes conscientes da importância do desenvolvimento da vertente social permite que ao longo do exercício profissional possam adotar práticas pedagógicas inclusivas, de forma a contribuir para a formação integral dos discentes. Para que deste modo se tornem cidadãos ativos, conscientes e empáticos, cujos valores se integram na cidadania democrática.

O presente artigo possui como objetivo refletir sobre uma experiência educativa que contribuí para a transformação da comunidade, mais concretamente para a promoção de valores associados à cidadania democrática. Para tal, foi considerado o projeto de investigação desenvolvido numa turma do 4.º ano de escolaridade durante o estágio do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e Português e História e Geografia de Portugal do 2.º CEB (Savita, 2025). A questão orientadora do estudo foi: *De que forma a abordagem dos Direitos Humanos contribui para a promoção da cidadania democrática, no 1.º Ciclo do Ensino Básico?*

O estudo, enquadrado na investigação sobre a prática docente, é de natureza qualitativa e permitiu refletir sobre forma como a abordagem dos Direitos Humanos contribui para a promoção da cidadania democrática.

Como técnicas de recolha de dados recorreu-se à entrevista semiestruturada ao professor titular cooperante, observação participante e recolha documental.

1. Fundamentação teórica

1.1. Educação em Direitos Humanos e a Cidadania democrática

Atualmente, há uma crescente preocupação no que diz respeito à Educação para os Direitos Humanos (UNESCO, 2012). Esta preocupação está igualmente presente nos documentos orientadores da prática pedagógica, nomeadamente o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e *Aprendizagens Essenciais* e *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Desta forma, antes de dar seguimento à reflexão é importante destacar a sua definição. Segundo a Carta do Conselho da Europa (2010) a Educação para os Direitos Humanos,

Engloba a educação, a formação, a sensibilização, a informação, as práticas e as atividades que visam, através da aquisição

pelos aprendentes de conhecimento e competências e do desenvolvimento das suas atitudes e dos seus comportamentos, capacitá-los para participar na construção e defesa de uma cultura universal dos direitos humanos na sociedade, a fim de promover e proteger os direitos humanos e das liberdades fundamentais (Conselho da Europa, 2010, citado por DGE, 2010).

Considerando a definição supracitada, a Educação para os Direitos Humanos possibilita que os indivíduos estejam conscientes dos seus direitos e deveres, assim como adquiram competências e atitudes necessários à vivência em sociedade. Nomeadamente, a participação, o respeito, a igualdade, a liberdade, cujos valores se encontram em concordância com a cidadania democrática.

A Educação para os Direitos Humanos e a cidadania democrática, encontram-se relacionadas na medida que

a educação para a cidadania democrática centra-se, essencialmente, nos direitos e nas responsabilidades democráticos e na participação ativa nas esferas cívica, política, social, económica, jurídica e cultural da sociedade, enquanto a educação para os direitos humanos incide sobre o espectro mais alargado dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em todos

os aspetos da vida das pessoas (Conselho da Europa, 2010, citado por DGE, 2010).

Assim sendo, a abordagem dos Direitos Humanos nos vários contextos, incluindo a escola, enquanto contexto formal de ensino-aprendizagem constitui um importante espaço para a aprendizagem dos Direitos Humanos e vivência, para que desta forma seja uma realidade para todos os indivíduos.

1.2. A escola pública e o papel transformador do docente

Após destacada a importância da Educação dos Direitos Humanos, como um veículo para a promoção da cidadania democrática e por conseguinte para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Considero importante refletir e destacar a importância que a escola pública e o docente detêm na promoção da cidadania democrática.

Atualmente, vive-se num regime democrático sendo que a escola é um “veículo, por excelência, de transmissão de valores que se querem vigorar na sociedade” (Silva, 2022, p. 30). Segundo Silva (2022), a escola democrática apresenta maiores desafios, na medida que se pretende formar cidadãos que sejam “livres, autónomos e responsáveis” (p, 30) e que sejam igualmente dotados de competências necessárias à participação na vida em sociedade.

A escola pública, sendo para todos(as), possui um papel importante na promoção da cidadania democrática. É neste sentido que todos os agentes educativos que integram a escola, nomeadamente o docente, possuem um papel primordial na promoção da cidadania democrática. Segundo Abrunhosa (2008), o docente deverá criar condições de forma a possibilitar a vivência e prática de valores. Portanto, é necessário que realize de forma transversal a educação para a cidadania. De acordo com o mesmo autor é importante que o(a) professor(a) realize atividades de reflexão que ajudem o(a) aluno(a) e que permitam a participação na vida que o rodeia. Portanto, a cidadania não deverá ser apenas transmitida, mas vivenciada. Tal como defendido por Araújo (2008),

A Cidadania não se impõe, mas constrói-se, organizando-se e assumindo-se como uma tarefa de formação cívica que o professor deve considerar o próprio cerne da educação, pois a tarefa é intrínseca ao processo educativo dos seus alunos em fase de formação integral da sua personalidade, e que se pretende que sejam cidadãos responsáveis, conscientes, solidário e ativos (Araújo, 2008, p. 104).

Nesta linha de pensamento, os valores associados à cidadania deverão

decorrer no quotidiano dos alunos, para que desta forma seja uma realidade para todos(as). As competências e valores, essenciais à cidadania, não poderão apenas ser transmitidos, mas também vivenciados tornando-se “quase imperativo” que a prática do(a) professor esteja em concordância com estes mesmos valores.

Para tal, o professor deverá ter formação de modo a possuir conhecimentos relativamente às abordagens programáticas de cidadania e desenvolvimento no processo de aprendizagem (Serrão, 2023).

2. Metodologia

Tal como referido na introdução, a questão orientadora do estudo foi compreender *de que forma a abordagem dos Direitos Humanos contribui para a promoção da cidadania democrática, no 1.º ciclo do ensino básico*.

Para responder à questão supracitada foram estabelecidos 3 objetivos: (i) Conhecer as opiniões das crianças, relativamente aos Direitos Humanos e os Direitos das Crianças (ii) Desenvolver atividades/momentos que visam destacar a importância e promover a compreensão dos Direitos Humanos para a vida humana digna (iii) Identificar aprendizagens dos(as) alunos(as) relativamente aos Direitos Humanos.

Considerando as características do estudo que pretendia compreender um fenómeno o estudo é de natureza qualitativa. Uma vez que a investigação qualitativa não possui como objetivo obter respostas para questões nem testar hipóteses, mas sim compreender comportamentos (Bogdan & Biklen, 1994).

No trabalho desenvolvido, optei por uma abordagem que me permitisse questionar e refletir sobre a própria prática. Assim sendo, investigação enquadra-se sobre a própria prática, pois segundo Ponte (2002) o questionamento, reflexão sobre a própria prática possibilita a construção do conhecimento e, por conseguinte, a construção do conhecimento e desenvolvimento profissional. Na mesma linha de pensamento, Alarcão (1996) defende que a reflexão sobre a própria prática possibilita ao docente a análise da mesma e respetiva reestruturação.

No que diz respeito às técnicas de recolha de dados, recorreu-se à entrevista semiestruturada, observação participante e recolha documental.

A entrevista semiestruturada foi realizada ao professor cooperante e teve como objetivo conhecer a sua perspetiva relativamente ao tema em estudo e conhecer as práticas adotadas no quotidiano, no

que diz respeito aos Direitos Humanos.

No que diz respeito à observação participante aos alunos esta revelou-se fundamental, uma vez que permitiu conhecer como o grupo agia e pensava. Para tal, como forma de registo utilizou-se os registos áudio, fotográfico e notas de campo.

Por último, recorreu-se ainda à recolha documental. Cujas técnicas teve como objetivo servir de complemento às informações recolhidas através da observação participante, perspetivando assim uma melhor compreensão e reflexão do estudo. Os documentos recolhidos encontram-se sintetizados na seguinte tabela 1.

Tabela 1

Atividades realizadas no âmbito de prática pedagógica¹

Número da sessão	Tema das atividades	Data
1	Vamos criar um planeta!	6 de fevereiro de 2024
	Passaporte	12 de fevereiro de 2024 ²
3	As crianças chegaram ao novo planeta!	15 de fevereiro de 2024
4	Escrita de uma carta aberta sobre os Direitos Humanos	29 de fevereiro de 2024

Para análise de dados recorreu-se à análise de conteúdo, pois esta técnica de análise permite que sejam realizadas inferências sobre os dados (Krippendorff, 1990 citado por Amado, 2014).

De forma a proceder à análise de conteúdo organizei, primeiramente, os dados recolhidos em 5 pastas, sendo que cada pasta correspondia a cada sessão, na qual foram implementadas as atividades. Nestas mesmas pastas foram inseridas as planificações; registos fotográficos e

áudios; materiais contruídos e as produções dos alunos.

3. Caracterização do contexto

O estudo foi desenvolvido numa escola de rede pública, localizada no distrito de Setúbal. O projeto foi implementado numa turma do 4.ºano de escolaridade, constituída por 28 alunos(as), sendo onze do género feminino e dezassete do género masculino, cujas idades compreendidas dos 9 e os 16 anos. A discente com 16 anos encontrava-se nesta turma, uma vez que a falta de assiduidade conduziu à reprovação durante vários anos de escolaridade.

Através da observação direta, pesquisa documental e da entrevista realizada ao professor titular cooperante constatou-se que o grupo apresentava um grande gosto pelas artes plásticas, expressão físico-motor, assim como uma elevada capacidade de comunicações, nomeadamente na participação nos vários momentos de discussão e partilha. Estas informações revelaram-se essenciais, uma vez que possibilitou a planificação de tarefas e atividades adequadas às características do grupo.

do projeto.

¹ Na tabela, apenas se encontram as atividades no qual foram recolhidos documentos para o estudo.
² O preenchimento do passaporte foi iniciado neste dia e preenchido ao longo do desenvolvimento

4. Experiências significativas para a formação de indivíduos:

Uma experiência no 4.º ano de escolaridade

Tal como referido anteriormente o projeto de investigação foi desenvolvido numa turma do 4.º ano de escolaridade do 1.º CEB. O projeto contou com 5 sessões (Tabela 2), nas quais foram desenvolvidas atividades e vários momentos de diálogo e partilha de ideias.

Tabela 2

Atividades desenvolvidas

N.º da sessão	Designação das atividades
1	Vamos criar um planeta!
2	Apresentações dos planetas e dos Direitos e análise de <i>Declaração Universal dos Direitos Humanos</i>
3	As crianças chegaram ao novo planeta!
4	Para cada direito há um dever e Diferenças e semelhanças!
5	Escrita de uma carta aberta sobre os Direitos Humanos e a sua apresentação à comunidade escolar

Os objetivos que orientaram o estudo foram: i) Conhecer as opiniões das crianças relativamente aos Direitos Humanos e os Direitos das Crianças ii) Desenvolver atividades/momentos que visam destacar a importância e a compreensão dos Direitos Humanos para a vida hu-

mana digna iii) Identificar aprendizagens dos(as) alunos(as) relativamente aos Direitos Humanos.

Nas três primeiras sessões foram desenvolvidas algumas atividades, em pequenos grupos, com o objetivo de conhecer as opiniões das crianças, relativamente aos Direitos Humanos. As atividades assentaram em cada grupo escolher um conjunto de direitos humanos que considerassem pertinentes para “um novo planeta”. Face às escolhas procedi à recolha de dados e análise do conteúdo (Tabela 2).

Tabela 2

Direitos Humanos escolhidos pelos grupos

Categoria	Opiniões Exemplos de frases das crianças
Distinção entre direito e dever	“Respeitar as pessoas” “Cuidar do planeta” “Não meter lixo na rua.” “Ter respeito pelas pessoas.” “Respeitar e cuidar”
Direitos fundamentais à vida humana digna	“Ter alimentação.” “Direito a ter uma casa.” “Direito à saúde” “Dormir.” “Direito à liberdade.” “Comer” “Ter um lar”
	“Direito a brincar”

Direitos das crianças	“Direito de ir à escola.” “Direito de estudar.” “As crianças têm direitos.”
-----------------------	---

Além da análise de conteúdo, as crianças tiveram a oportunidade de apresentar as suas escolhas de direitos humanos e direitos das crianças. A partir das apresentações foram desencadeadas momentos de troca e partilha de ideias. Tal como se pode observar no seguinte excerto:

Estagiária: *“Direito à igualdade, em que sentido?”*

Aluno A: *“Nós escrevemos este direito, porque todas as crianças têm direitos a estes direitos.”*

Aluno C: *“Há crianças que têm estes direitos e outras não!”*

Tal como se pode observar no excerto acima, além da grande consciência que os Direitos das crianças muitas vezes não são devidamente respeitados. Importante realçar que se procurou criar momentos de discussão, uma vez que esta prática se encontra alinhada com a ideia que cidadania não se transmite mas se vivencia. Portanto, não faria sentido promover valores da cidadania democrática sem que estes os vivenciassem.

A partir da análise de conteúdo e dos vários momentos de discussão

consegui identificar que as crianças reconhecem: os direitos fundamentais à vida humana digna; os direitos das crianças e reconhecem a importância dos direitos humanos para a vida. Tal como se pode observar na seguinte tabela:

Algumas das dificuldades que identifiquei foi a distinção entre o direito e o dever e o reconhecimento da relação de interdependência entre o direito e o dever.

Possuindo como base os conhecimentos e dificuldades das crianças forma delineadas 2 sessões com o objetivo de contribuir para a superação destas dificuldades e promover a importância dos Direitos Humanos e das crianças.

Na 4.^a sessão, iniciei por questionar se consideravam que para cada direito há um dever. Esta questão foi colocada com o objetivo de compreender se os(as) alunos(as) já tinham consciência que os direitos e deveres são interdependentes. Face à pergunta colocada, 12 crianças reconheceram a interdependência entre os direitos e os deveres e 15 crianças votaram que não.

Posteriormente, distribui aleatoriamente um papel com um direito/dever e durante a reprodução de uma música tinham de encontrar o par

correspondente. Após o término da atividade prosseguimos para a partilha de ideias das escolhas realizadas.

Através da atividade as crianças conseguiram reconhecer a interdependência entre o direito e o dever. Tal como se pode verificar no seguinte excerto da discussão:

Estagiária: “E agora, acham que todos os direitos têm deveres?”

Turma: “Sim!”

Estagiária: “E acham que são tão importantes quanto os direitos?”

Aluno BR: “Sim porque sem os deveres não há direitos.”

Aluno FR: “Sem os direitos não há deveres.”

Aluno RB: “Sem os direitos e os deveres, no mundo todos podiam fazer o que quisessem, por exemplo deitar o lixo no chão [pequena pausa] e mesmo assim continuam a deitar.”

Através desta atividade e discussão constatou-se que as crianças conseguiram compreender a relevância dos deveres para a existência dos direitos. Ainda nesta sessão, realizou-se uma segunda atividade que tinha como objetivo retratar uma situação de preconceituosa.

A segunda atividade focava-se na imitação de gestos. Organizei a turma em diferentes grupos tendo como critério as suas características físicas (louras, com tranças, mais altos, mais baixos). Após a organi-

zação dos grupos mencionei que apenas o grupo constituído por pessoas louras podia fazer os gestos e os restantes tinham apenas de imitar. Esta regra acabou por desencadear um momento de discussão, tal como se pode observar no seguinte excerto:

Estagiária: “Já vi que não concordam com as regras.”

Turma: “Não!”

Estagiária: “Porquê?”

Aluna Y: “Não é muito justo.”

Aluno G: “Porque temos o direito à igualdade.”

[...]

Estagiária: “E vocês acham que esta situação só acontece aqui ou em outros sítios?”

Aluno C: “Antigamente, o Hitler, ele matava pessoas que não eram da cor brancas nem de olhos claros.”

[...]

Estagiária: “E acham que só aconteceu no Holocausto ou ainda continuam a existir?”

Aluno FM: “O racismo.”

Através do descontentamento relativamente às regras do jogo constatou-se que as crianças possuem a capacidade de reconhecer situações em que os seus direitos não são respeitados e a capacidade de contestar faces às injustiças, argumentando.

Na última sessão do projeto foi realizada uma carta aberta, de forma a ser partilhada à restante comunidade escolar de forma a divulgar o posicionamento da turma relativamente aos Direitos Humanos e os Direitos das Crianças. Antes da escrita da carta foi questionada o que tinham aprendido ao longo do projeto. Algumas das respostas foram:

Aluno R.B: *“Que todos os direitos têm deveres!”*

Aluna R: *“E se não respeitarmos os direitos e deveres o mundo virava uma confusão.”*

Aluno G: *“Os direitos garantem as nossas necessidades básicas e proteção”*

Tal como se pôde observar em todas as atividades procurou-se sempre criar momentos de troca e partilha de ideias, uma vez que o exercício da cidadania e da democracia requerem o uso da voz, da palavra, da negociação e do diálogo (Balça, 2021). Ou seja promover a vivência da cidadania democrática.

Em suma, através das evidências recolhidas ao longo do mesmo conclui que a promoção dos Direitos Humanos contribuiu para a promoção de valores da cidadania democrática, nomeadamente: a participação, a liberdade, o respeito, igualdade e o diálogo.

Reflexão final

O projeto que implementei e desenvolvi numa turma do 4.º ano, centrado na promoção dos Direitos Humanos com base na promoção da cidadania democrática, constituiu uma experiência enriquecedora tanto para os(as) alunos(as) como para mim a diversos níveis -pessoal, académico e profissional. Através deste projeto reconheci e reforcei o papel transformador do docente e a forma como este influencia as atitudes comportamentos e formas de pensar dos(as) discentes. Esta experiência tornou-me mais consciente da importância e do impacto que as práticas pedagógicas inclusivas adotadas pelo docente podem ter na formação e transformação de indivíduos.

Ao iniciar este percurso, uma das primeiras questões que me fiz foi: “Como conseguirei transmitir estes valores se eles não ensinados como um conteúdo programático?”

Esta dificuldade inicial foi essencial, pois alertou-me para o facto de que as crianças não são “tábuas rasas”. O ponto de partida teria, necessariamente, de ser a escuta ativa — compreender como as crianças veem o mundo e, a partir das suas opiniões, vivências e dificuldades, contribuir para o seu crescimento e transformação pessoal.

Paralelamente, surgiu a necessidade de criar um ambiente em que os

valores da cidadania democrática fossem efetivamente vivenciados no contexto escolar. Assim as atividades desenvolvidas, ao longo do projeto foram sempre fundamentadas no diálogo, na escuta mútua e a colaboração. Esta abordagem permitiu a construção de um ambiente de aprendizagem significativo, onde cada criança teve espaço para expressar a sua voz e exercer a sua autonomia. Dessa forma, ficou evidente que a escola pública tem, desde os primeiros anos de escolaridade a capacidade de contribuir a formação de cidadãos conscientes, empáticos e participativos, cujos valores estão alinhados com os princípios da democracia.

Tal como referi anteriormente, a concretização deste projeto foi enriquecedor em várias dimensões. Enquanto professora, pude confirmar a importância de adotar práticas pedagógicas inclusivas coerentes com os valores democráticos. Compreendi, igualmente, que a sala de aula pode e deve ser um espaço de transformação de múltiplas potencialidades, quando é concebida como um lugar de partilha, diálogo e construção coletiva de saberes. Esta experiência reforçou, ainda, a urgência de abordar valores no espaço educativo como forma de preservar a democracia.

Este percurso foi fortemente influenciado pelas minhas vivências e

pela minha formação, mais concretamente o meu percurso na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Esta instituição teve um papel fundamental ao proporcionar-me uma formação crítica e reflexiva sobre o que significa ser professora e sobre como posso contribuir para a transformação daqueles que me rodeiam. Além disso, permitiu-me experienciar valores essenciais à prática docente, com o uso da palavra, diálogo e a partilha de ideias.

Por fim, importa realçar que este projeto representou a articulação entre a teoria e a prática e a vivência dos valores que fui desenvolvendo ao longo do meu percurso académico. Possibilitando-me crescer e reforçar a importância do meu papel transformador na escola e nas gerações futuras, na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Referências Bibliográficas

- Abrunhosa, S. (2008). *Conceções dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico sobre a educação para a cidadania- As competências do professor no âmbito da abordagem transversal da educação para a cidadania*. [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/946>
- Alarcão, I. (1996). *Formação Reflexiva de Professores Estratégias de supervisão*. (1.ºed.). Porto Editora.
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa*. (2.ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Araújo, S. (2008). *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. (1.ª edição). Alto-Comissariado para a imigração e diálogo intercultural.
- Balça, A. (2021). Oralidade, leitura e escrita: Uma relação desigual na escola. *Poiésis*, 15(27). 19-31. <http://hdl.handle.net/10174/30629>
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora.
- Direção-Geral da Educação. (2010). *Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos*. <https://www.dge.mec.pt/carta-do-conselho-da-europa-sobre-educacao-para-cidadania-democratica-e-para-os-direitos-humanos>
- Ponte, J.P. (2002). *Investigar a nossa própria prática*. In GTI (Org.), *Reflectir e investigar sobre a prática profissional*, (pp. 5-28).
- Savita, Catarina. (2025). *Uma viagem pelos Direitos Humanos- Um estudo numa turma do 4.ºano de escolaridade*. [Relatório de Projeto de investigação, Instituto Politécnico de Setúbal]. Repositório Comum do Instituto Politécnico de Setúbal. <http://hdl.handle.net/10400.26/57859>
- M. Gonçalves, J. Bras, H. Bracons & A. Cabral (Eds.), *Humanismo e desafios de cidadania* (pp. 26-31). Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) Universidade Lusófona. [Humanismo e desafios de cidadania — Universidade Lusófona \(ulusofona.pt\)](http://www.ulusofona.pt)
- Silva, C. (2022). Escola pública em Democracia. Para quê? *Revista da Faculdade de Letras da Universidade Do Porto*, 44, pp. 28-45. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc44a2>
- UNESCO. (2012). *Plano de Ação Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147853_por
- ## Notas curriculares
- Catarina Savita**, Mestre em Ensino do 1.º ciclo do ensino básico e em História e Geografia de Portugal e Português do 2.º ciclo do ensino básico. Atualmente, professora de 1.ºciclo numa escola de rede pública.

Notas curriculares

Catarina Savita, Mestre em Ensino do 1.º ciclo do ensino básico e em História e Geografia de Portugal e Português do 2.º ciclo do ensino básico. Atualmente, professora de 1.ºciclo numa escola de rede pública.